



Eixo 4 – Ciência da Informação: diálogos e conexões

Aplicação integrada das teorias de Ranganathan, de Wüster e de Dahlberg na Organização do Conhecimento: diretrizes para a atualização do Tesouro de Contas Nacional (TCN)

Integrated application of Ranganathan, Wüster, and Dahlberg's theories in Knowledge Organization: guidelines for updating the National Accounts Thesaurus (NCT)

Ilvana Souza do Amaral – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) –
ilvana.amaral@edu.unirio.br

Resumo: Este estudo sugere diretrizes para atualizar o Tesouro de Contas Nacional (TCN), com foco na padronização terminológica e melhor recuperação de informações no Controle Externo. Apoiado em teorias da classificação facetada, terminologia e análise de conceito, identifica lacunas e desafios terminológicos por meio de revisão bibliográfica, análise de domínio e pesquisa de campo. Os resultados mostram avanços na estruturação conceitual e indexação. As medidas propostas aumentam a interoperabilidade, transparência e eficiência do TCN.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento. Classificação Facetada. Terminologia. Teoria do Conceito. Tesouro de Contas Nacional.

Abstract: This study suggests guidelines for updating the National Accounts Thesaurus (NCT), focusing on terminological standardization and improved information retrieval in External Control. Supported by faceted classification theories, terminology, and concept analysis, it identifies terminological gaps and challenges through literature review, domain analysis, and field research. The results show advances in conceptual structuring and indexing. The proposed measures increase the interoperability, transparency, and efficiency of the NAT.

Keywords: Knowledge Organization. Faceted Classification. Terminology. Concept Theory. National Accounts Thesaurus.

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento é construído por meio da interação dos sujeitos com informações e acervos. A Organização do Conhecimento (OC) é essencial na



Biblioteconomia e Ciência da Informação para garantir representação e acesso eficiente à informação. Nos Tribunais de Contas do Brasil, a necessidade de padronização levou ao desenvolvimento do Tesouro de Contas Nacional (TCN). O artigo destaca o desafio constante dos profissionais desses tribunais em atualizar o TCN frente às mudanças normativas, culturais, tecnológicas e linguísticas no Controle Externo.

O estudo aborda aspectos terminológicos e estruturais do tesouro, destacando princípios como garantia literária, uso, cultura e estrutura para garantir representatividade e coerência dos termos. Maculan (2017) ressalta a importância do tratamento e recuperação da informação com base em teorias para elaboração e avaliação de instrumentos lógico-linguísticos.

Este estudo, no “**Eixo Temático 4**”, propõe diretrizes metodológicas para revisar e atualizar o TCN, visando aprimorá-lo como ferramenta estratégica para a gestão do conhecimento institucional nos Tribunais de Contas e instituições afins.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para contextualizar a área de "Organização do Conhecimento", foi feita uma revisão da literatura de autores relevantes em organização e representação do conhecimento.

2.1 Organização do Conhecimento

Organização do Conhecimento (OC) é a área dedicada a estruturar e representar o saber para facilitar seu acesso e uso. Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), como tesouros, classificações, taxonomias e ontologias, os quais baseiam-se em fundamentos de linguística, terminologia, lógica e epistemologia.

De acordo com Dahlberg (2006, p. 12), a OC organiza conceitos conforme suas características, aplicando-os por meio de classes ordenadas. O avanço na categorização e uso de sistemas classificatórios consolidou a área, que passou de prática intuitiva a disciplina reconhecida (Dahlberg, 2006, p. 16).

Hjørland (2008) define o campo como responsável por indexação, catalogação, classificação e conexões. Segundo Hjørland (2003), na Biblioteconomia e Ciência da Informação, OC refere-se à organização de informações em registros bibliográficos, índices de citação e textos completos.



A Organização do Conhecimento criou ferramentas conhecidas como Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), que ajudam a estruturar e interpretar informações. De acordo com Barité (2011), é fundamental que esses sistemas representem a linguagem do usuário e respondam às suas necessidades cognitivas.

Como um fato histórico importante, vale destacar que em 1973 Ingetraut Dahlberg criou o periódico *International Classification*, que foi incorporado à ISKO em 1989 e, em 1993, passou a se chamar Knowledge Organization (KO).

2.2 Teoria da Classificação Facetada (TCF)

A Teoria da Classificação Facetada, criada por S. R. Ranganathan nos anos 1930, trouxe uma maneira inovadora de organizar o conhecimento. Ela permite analisar e combinar temas usando facetas ou categorias essenciais, cada uma representando uma dimensão diferente do conceito. Essas facetas resultam da análise do conteúdo e tornam possível criar esquemas de classificação que são flexíveis e facilmente adaptáveis. Em sua obra “Prolegomena to Library Classification”, Ranganathan (1967), o autor apresenta as cinco facetas **PMEST** para estruturar o conhecimento. Essa abordagem possibilita uma classificação flexível dos temas e facilita a inclusão de novos conceitos, tornando essenciais as facetas na organização e recuperação da informação.

O modelo facetado organiza o conhecimento por meio de dois processos: **análise** (divisão do assunto em facetas) e **síntese** (reunião das facetas em uma estrutura hierárquica). Essa abordagem evita a rigidez dos esquemas enumerativos e facilita a inclusão de novos termos e relações. Aplicar a TCF ao TCN permite criar vocabulários flexíveis que acompanham a evolução dos conceitos e ajudam na indexação e recuperação de informações.

Figura 1 - Categorias PMEST de Ranganathan

Personalidade (P)	• O núcleo principal ou o sujeito mais específico, aquilo que não se enquadra nas outras categorias.
Matéria (M)	• Uma característica ou parte do "personalidade".
Energia (E)	• Uma ação, um evento ou um processo relacionado ao assunto.
Espaço (S)	• A localização geográfica ou territorial de um conceito.
Tempo (T)	• O período histórico em que o conceito ou evento ocorreu.

Fonte: adaptado de Ranganathan (1967)



A Teoria da Classificação Facetada desempenha um papel essencial em sistemas classificatórios flexíveis, sendo útil tanto em bibliotecas quanto em ambientes digitais. De acordo com Campos (2001), existe uma complementaridade entre a TCF proposta por Ranganathan e a Teoria Geral da Terminologia desenvolvida por Eugen Wüster, facilitando a organização dos conceitos e favorecendo uma comunicação mais eficiente entre especialistas.

2.3 Teoria Geral da Terminologia (TGT)

A terminologia é uma ciência dedicada ao estudo dos princípios do trabalho com termos, diferenciando-se da lexicologia e nomenclatura técnica. A palavra terminologia, segundo Eugen Wüster (1981, p. 56 *apud* Campos, 2001, p. 59), “vem-se apresentando na literatura, de uma forma geral, com três significados distintos: uma lista de termos e seus significados; os termos de uma área de especialidade; e um conjunto de princípios teóricos.”

Desse modo, a Teoria Geral da Terminologia (TGT), proposta por Eugen Wüster (1899-1977), busca padronizar termos com base em conceitos claros para evitar ambiguidades na comunicação científica e técnica. Segundo Campos (2001), a tese publicada em 1931 pela Universidade de Stuttgart estimulou pesquisas que resultaram em três escolas clássicas de terminologia: a Escola de Viena, a Escola de Praga e a Escola Soviética de Terminologia.

Ainda segundo Campos (2001), o maior avanço da TGT foi organizar princípios terminológicos que concederam a essa atividade um status científico próprio, diferenciando-a do trabalho lexicográfico.

Segundo Campos (2001), a Teoria Geral da Terminologia define que o trabalho terminológico começa pelo conceito, que é designado por um termo. Para garantir clareza, os conceitos e termos devem ser unificados, o que dá à Terminologia caráter prescritivo. No entanto, o termo e o conceito representam esferas distintas: o termo nomeia, enquanto o conceito corresponde ao significado (Campos, 2001, p. 66).

A Terminologia propõe que cada conceito tenha um termo exclusivo, sendo fundamental registrar os termos conforme o uso científico. A Teoria Geral da Terminologia (TGT) é essencial para a Organização do Conhecimento, identificando conceitos como unidades comunicacionais e cognitivas. Assim, a terminologia reflete o



conhecimento especializado e facilita a comunicação precisa nos contextos científico e tecnológico, integrando diferentes escolas terminológicas e seus fundamentos práticos.

Quadro 1 - Interseção entre TCF e TGT

Aspecto	Teoria da Classificação Facetada	Teoria Geral da Terminologia
Conceito e Termos	Organiza ideias por facetas (PMEST)	Relaciona termos com conceitos únicos e normalizados
Relações entre Conceitos	Hierarquia facetada (renques e cadeias)	Relações genérico-específicas e ontológicas
Sistema de Conceitos	Sistema combinável e adaptável	Sistemas hierárquicos e polihierárquicos

Fonte: adaptado de Campos (2001)

2.4 Teoria do Conceito

As operações sobre os conceitos são subsidiadas com as práticas na Organização do Conhecimento, a medida em que sintetizam o conhecimento por meio de definições e relacionamentos com outros conceitos.

A Teoria do Conceito, desenvolvida por Dahlberg, compreende os conceitos como unidades de conhecimento compostas por características essenciais. Cada conceito deve ser representado com clareza, estabelecendo relações semânticas e hierárquicas com outros conceitos. Dahlberg (1992, p. 66) propôs uma ruptura com a Teoria Geral da Terminologia (TGT), que considerava o conceito como uma unidade do pensamento e diz que a Organização do Conhecimento tem embasamento na teoria do conceito, que consiste em "compreender um conceito como portador de elementos/características adquiridos a partir de predicções sobre o referente".

Dahlberg (1978, p. 102) diz que "a formação dos conceitos é a síntese dos predicados necessários verdadeiros a respeito de determinado objeto. Pode-se então dizer que os elementos do conceito são obtidos pelo método analítico-sintético." A autora ainda afirma que as categorias são fundamentais na organização dos conceitos, pois participam da organização de sua estrutura.

Dahlberg (1992) define a intensão de um conceito como o conjunto de características e a extensão como os conceitos mais específicos. Categorizar formalmente conceitos é fundamental para criar e integrar sistemas terminológicos, essenciais ao desenvolvimento de tesouros como o TCN. A Teoria do Conceito de Dahlberg é referência no tratamento da informação e se aplica à Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Organização do Conhecimento.



Figura 2 - Triângulo conceitual de Dahlberg



Fonte: Dahlberg (1992, p. 66)

3 METODOLOGIA

Este estudo utilizou abordagem qualitativa com base em revisão bibliográfica, análise documental, análise de domínio e aplicação de questionários. A coleta de dados envolveu a consulta a bibliotecários e especialistas dos Tribunais de Contas, bem como a análise dos registros terminológicos já existentes no TCN.

Quadro 2 - Etapas metodológicas

ETAPA	DESCRIÇÃO
Revisão Teórica	Levantamento bibliográfico nas bases Brapci, Scielo e BDTD
Análise de Domínio	Estudo do vocabulário e jurisprudência dos TCs
Entrevistas	Com bibliotecários e membros dos comitês técnicos
Questionário	Aplicado aos usuários e profissionais da informação

Fonte: Elaborado pela autora

A revisão bibliográfica consistiu no levantamento das principais contribuições relacionadas à Teoria da Classificação Facetada, à Teoria do Conceito e à Teoria Geral da Terminologia, oferecendo a base teórica necessária para a análise. Para sua realização, utilizaram-se os descritores “**Organização do Conhecimento**”, “**Tesouro**” e “**Vocabulário Controlado**”, considerando o período de 2018 a 2025, nas bases indicadas no Quadro 2, resultando na identificação de 594 trabalhos. Ademais, foram examinados os anais da ISKO, sociedade científica dedicada à área de Organização do Conhecimento, com ênfase em estudos sobre classificação, indexação, tesouros e terminologias.

Quanto a pesquisa de campo, foi aplicado um questionário, por meio de formulário *Google Forms*, aos 33 Tribunais de Contas do Brasil visando analisar a usabilidade do TCN.

Quadro 3 – Diagnóstico do uso de vocabulário controlado nos Tribunais de Contas



PERGUNTA	RESPOSTA
1) Possui Vocabulário Controlado próprio?	✓ 6 Tribunais possuem vocabulário controlado; ✓ 14 não possuem; ✓ 13 não responderam.
2) Caso não, utiliza o Tesouro de Contas Nacional (IRB)?	✓ 5 utilizam o Tesouro de Contas Nacional (IRB)
3) Caso não utilize o TCN, qual outro Tesouro ou Vocabulário Controlado faz uso?	✓ 3 Tribunais utilizam o próprio Tesouro; ✓ 2 utilizam o Vocabulário Controlado (TCU); ✓ Restante não responderam.

Fonte: Elaborado pela autora

O levantamento indica predominância da ausência de vocabulário controlado próprio entre os tribunais, além de número expressivo de não respostas. Entre os que não possuem instrumento próprio, a adoção do TCN ainda é limitada.

Por fim, o método visa estabelecer um diagnóstico da situação atual do TCN e propor ações baseadas nas garantias teóricas e na experiência prática dos usuários e especialistas.

4 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (SOC)

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) permitem que usuários se comuniquem com sistemas de informação utilizando a linguagem. Essas ferramentas organizam conceitos e suas relações semânticas, incluindo classificações, taxonomias, tesouros e ontologias. Os SOCs ajudam a padronizar termos, facilitam a indexação e melhoram a busca por informações. Para garantir seu bom funcionamento, é importante estudar os hábitos, necessidades e práticas dos usuários. O termo SOC vem do inglês "*Knowledge Organization System*" e tem sido usado em Biblioteconomia e Ciência da Informação desde 1998. Além de organizar o conhecimento, os SOC também atuam como mediadores entre documentos, pessoas, conhecimento científico e profissionais da área.

4.1 Tesouros

"Thesaurus" significa "tesouro" em grego e latim e é usado para um conjunto de palavras ou léxico (Campos; Gomes, 2006, p. 350). O tesouro organiza termos



padronizados semanticamente ligados, promovendo uniformidade terminológica em áreas especializadas.

Segundo Barité (2011) e Currás (2010), tesouros são linguagens documentárias controladas que organizam termos de forma lógica, tornando o armazenamento e a recuperação de informações mais eficientes. Entre suas funções, destacam-se:

- a) Padronizar vocabulário em diferentes contextos;
- b) Reduzir ambiguidades da linguagem natural; e,
- c) Unificar sinônimos.

A norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010) destaca a necessidade de clareza e estrutura nas relações entre termos. O tesouro é uma das ferramentas mais eficazes para representar conhecimento devido à sua sofisticação.

Os Tesouros são essenciais para padronizar assuntos em Sistemas de Recuperação da Informação (SRI). Para elaborá-los, utiliza-se bases classificatórias sólidas, organizando conceitos em relações hierárquicas, associativas e partitivas, conforme Campos e Gomes (2006).

Le Coadic (2004) diferencia o tesouro da classificação tradicional pelo caráter combinatório. Miranda (1999) afirma que a representação adequada é essencial para organizar e recuperar o conhecimento, enquanto Tristão, Fachin e Alarcon (2004) destacam que linguagens documentárias conectam usuários ao conteúdo informacional. Dobedei (2002, p. 25) apresenta o Ciclo da Informação em seis etapas: produção, registro, aquisição, organização, disseminação e assimilação, além de dividir o ciclo em dois grupos: troca de dados produzidos, registrados e assimilados; e memória documentária, incluindo seleção, aquisição, organização e disseminação da informação.

Os autores Barité (2001), Currás (2010), Le Coadic (2004), Miranda (1999) e outros autores, apontam que os tesouros possuem uma estrutura organizada, combinatória e cíclica, além de servirem como linguagem documentária. As normas como ANSI/NISO Z39.19 (2005), ISO 2788 (1986) e ISO 5964 (1985), estas últimas revisadas pela ISO 25964 (2011 e 2013), definem diretrizes para criação e manutenção dos tesouros.

A elaboração de tesouros exige colaboração contínua e adaptação, devido às mudanças linguísticas e ao progresso das áreas do conhecimento.



4.2 Tesouro de Contas Nacional (TCN)

O TCN surgiu a partir da necessidade identificada nos eventos VI Fórum Nacional de Bibliotecários e Arquivistas dos Tribunais de Contas (BIBLIOCONTAS)¹ e III Encontro de Jurisprudência dos Tribunais de Contas (JURISTC)², realizados em 2014 pelo TCE-BA, visando padronizar a linguagem utilizada pelos Tribunais de Contas brasileiros. Desenvolvido por uma comissão de representantes do TC-DF, TCU e bibliotecários, o TCN controla a terminologia do controle externo e facilita a organização e busca de informações jurisprudenciais. Com base no vocabulário dos órgãos de controle, o TCN serve como ferramenta para indexação e consulta por servidores e cidadãos. Atualmente, possui 4.339 termos interligados por 3.396 relações hierárquicas, 7.404 relações associativas e 1.742 termos que representam o controle de sinônimos, quase-sinônimos ou equivalências terminológicas (termos não-preferidos) e 98 notas de escopo, organizados em 16 subcategorias afins ao controle externo.

Figura 3 – Termos hierárquicos no TCN



Fonte: adaptado do TCN (2025) com IA Copilot

Para a elaboração e revisão de tesouros, como o TCN, exige a observância de 04 (quatro) garantias essenciais que asseguram qualidade, representatividade e utilidade aos vocabulários controlados:

- a) **Literária:** assegura que os termos sejam baseados na literatura especializada;
- b) **De Uso:** considera a linguagem real dos usuários dos sistemas;

¹ É uma rede de cooperação e intercâmbio dos profissionais da informação (bibliotecários, arquivistas, museólogos e áreas afins) atuantes em unidades de informação (bibliotecas, arquivos e centros de memórias) dos Tribunais de Contas no país e órgãos afins dos países de Língua Portuguesa e Mercosul, e integra a estrutura orgânica do Instituto Rui Barbosa (IRB), conhecido por ser o “braço acadêmico” do Sistema de Controle Externo, é uma associação civil criadas pelos Tribunais de Contas do Brasil em 1973 com o objetivo de auxiliar os Tribunais no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades dos Tribunais de Contas.

² JURISTCs é coordenado pelo Comitê de Processualística, Súmula e Jurisprudência (CPSJ), que, assim como o BIBLIOCONTAS, integra a estrutura orgânica do Instituto Rui Barbosa (IRB).

- c) **Cultural:** respeita variações regionais e institucionais; e,
- d) **Estrutural:** organiza os termos de maneira lógica e coerente.

Segundo Guedes e Moura (2016, p. 13), a garantia cultural relaciona-se à Organização do Conhecimento ao garantir sistemas adequados e úteis para uma cultura específica, alinhando-os aos seus pressupostos, valores e predisposições.

Figura 4 - Garantia cultural como conceito guarda-chuva



Fonte: Guedes e Moura (2016)

Ainda segundo Guedes e Moura (2016, p. 13), a garantia cultural engloba outras garantias como a literária, filosófica, do usuário e estrutural, que são manifestações práticas dos valores culturais compartilhados por grupos e comunidades sociais.

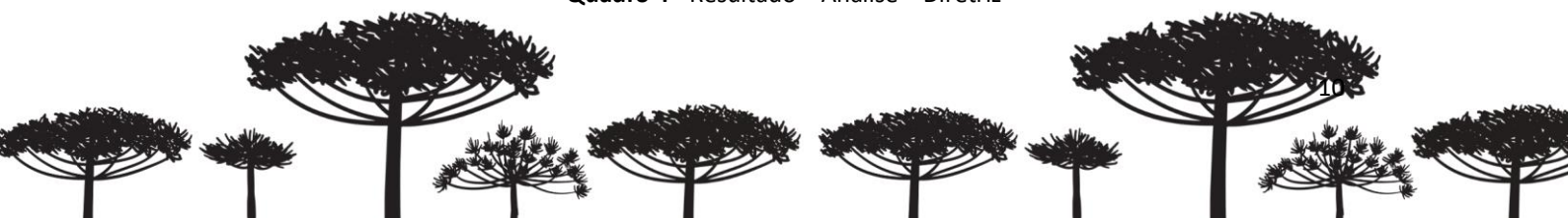
5 ANÁLISE E RESULTADOS

O TCN, referência terminológica do Controle Externo, reúne mais de 4 mil termos, mas enfrenta defasagem, falta de representatividade regional e problemas estruturais. O diagnóstico recomenda ações constantes para garantir sua atualização e fortalecer a organização do conhecimento.

A pesquisa, feita com questionários enviados aos 33 Tribunais de Contas, revelou ausência de planos de atualização contínua entre bibliotecários responsáveis pela indexação. Com 16 categorias temáticas, o TCN passa por etapas como seleção, atualização, eliminação de ambiguidades e inclusão de novos vocábulos. Os resultados destacam o papel dos bibliotecários na análise, indexação e alimentação dos sistemas de jurisprudência, além das diferentes ferramentas tecnológicas usadas pelos tribunais.

O estudo propõe diretrizes/recomendações, a partir de análises, visando obtenção de resultados para gestão e atualização do TCN, como elencadas no quadro 4:

Quadro 4 - Resultado × Análise × Diretriz



RESULTADO	ANÁLISE/DISCUSSÃO	RECOMENDAÇÃO/DIRETRIZ
Necessidade de formação de comitê permanente para atualização do TCN	A ausência de uma instância formal de governança compromete a continuidade, a consistência evolutiva e a gestão sistemática das atualizações terminológicas no âmbito do Controle Externo	Formação de Comitê Permanente para atualização do TCN
Necessidade de revisões periódicas semestrais com base na garantia literária	A atualização sistemática assegura aderência à produção documental e normativa do domínio, refletindo de forma fidedigna o conhecimento registrado	Revisões periódicas semestrais , considerando a garantia literária
Importância da participação ativa dos usuários (garantia de uso)	A inclusão dos usuários favorece a adequação do vocabulário às práticas reais de busca e recuperação, ampliando sua efetividade	Participação ativa dos usuários (validação, sugestões e consultas colaborativas) para identificação de termos relevantes (garantia de uso)
Necessidade de inserção de termos locais e culturais (garantia cultural)	A ausência de diversidade terminológica pode comprometer a representatividade e a precisão semântica no contexto institucional	Inserção de termos locais e culturais , promovendo diversidade terminológica (garantia cultural)
Necessidade de adoção de princípios estruturais no tesauro	A consistência estrutural é essencial para assegurar coerência semântica, relações hierárquicas claras e navegabilidade	Adoção de princípios estruturais normativos para organização, coerência e navegabilidade do tesauro.

Fonte: Elaborado pela autora

Os resultados evidenciam que o aprimoramento do TCN requer ações articuladas voltadas à governança, atualização, aderência ao uso, representatividade cultural e consistência estrutural. Nesse sentido, as diretrizes propostas configuram uma abordagem integrada para a atualização do instrumento.

Ressalta-se que o TCN é fundamental para uniformizar termos, facilitar a busca por informações, aumentar a transparência e fortalecer a governança pública. Por último, recomenda-se aprimorar seu uso com tecnologias como Inteligência Artificial (IA) e Processamento de Linguagem Natural (PLN).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração e a atualização do TCN são processos fundamentais para a qualificação da representação da informação no domínio do Controle Externo. Este estudo evidenciou a relevância da Teoria da Classificação Facetada, da Teoria do Conceito e da Teoria Geral da Terminologia como subsídios teórico-metodológicos para



a construção e revisão do TCN, assegurando a coerência conceitual, a precisão terminológica e a eficiência na recuperação da informação.

Do mesmo modo, a aplicação dessas teorias na construção e revisão do TCN também teve como referencial, levando em consideração os princípios de garantia literária, garantia de uso, garantia cultural e garantia estrutural:

A atualização contínua do TCN com base nessas diretrizes é essencial para sua evolução e consolidação como ferramenta indispensável para a gestão da informação no Controle Externo. Futuras pesquisas poderão explorar a implementação dessas diretrizes em ambientes digitais e a integração do TCN com outros sistemas de organização do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARITÉ, Mário. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. **Palabra Clave (La Plata)**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 2-11, oct. 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/60772>. Acesso em: 13 jun. 2026.

BARITÉ, Mario. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. *In*: CARRARA, Kester (org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói, RJ: EdUFF, 2001.

CAMPOS, Maria Luiza Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Metodologia de elaboração de tesauro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 348-359, set./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362006000300005>. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/32349>. Acesso em: 13 jun. 2026.

CURRÁS, Emilia. **Ontologias, taxonomia e tesouros em teoria de sistemas e sistemática**. Brasília, DF: Thesaurus, 2010.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v7i2.115>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>. Acesso em: 13 jun. 2026.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization and terminology: philosophical and linguistic bases. **Knowl. Organ.**, Frankfurt, v. 19, n. 2, p. 65-71, 1992. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-1992-2-65>. Acesso em: 13 jun. 2026.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? **Knowl. Organ.**, Frankfurt, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2006-1-11>. Acesso em: 13 jun. 2026.



DOBEDEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói, RJ: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 120 p.

GUEDES, Roger de Miranda; MOURA, Maria Aparecida. O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v.9, n.2, set./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/393>. Acesso em: 13 jun. 2026.

HJØRLAND, Birger. Fundamentals of knowledge organization. **Knowl. Organ.**, Baden-Baden, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2003-2-87>. Acesso em: 13 jun. 2026.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowl. Organ.**, Bonn, Germany, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86>. Acesso em: 13 jun. 2026.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 25964-1 (2011)**. Information and documentation - Thesauri and interoperability with Other vocabularies - Part 1: Thesauri for information retrieval. Switzerland: ISO, 2011.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Conceitos em organização do conhecimento a partir do tema ética: disciplina de uso do sistema CDU. *In*: CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL, 3.; CONGRESSO ISKO ESPANHA, 13., 2017, Coimbra. **Anais eletrônicos** [...]. Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra, 2017. Tema: Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento. Eixo Temático: Perspectivas epistemológicas em organização do conhecimento, p. 307-316.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A Organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: uma abordagem epistemológica. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-77, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/41854>. Acesso em: 13 jun. 2026.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010)**: Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda, Maryland (U.S.A): NISO Press, 2010.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to Library Classification**. 3rd. ed. London: Asia Publishing House, 1967. 640 p.

TRISTÃO, Ana Maria D.; FACHIN, Gleisy R. B.; ALARCON, Orestes E. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2004. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v33i2.1058>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1058>. Acesso em: 13 jun. 2026.

